

dramática, já estava complicada. E nós queremos, aqui, ajudar o parlamento, ajudar a Assembleia Legislativa a fiscalizar, também, os hospitais.

Eu vi um vídeo do Coronel Telhada, ontem, em frente a um hospital de campanha. Ele foi proibido de entrar. Ele foi proibido de entrar. Por quê? Por que não pode entrar? Por que um deputado não tem acesso, ali, a um hospital de campanha para fiscalizar?

Até mesmo para levar a mensagem ao seu público. Lembrando que o Coronel Telhada foi um dos deputados mais votados no estado de São Paulo e tem aí o respeito do povo de São Paulo.

Levar ao seu público. “Olha, o hospital de campanha realmente era necessário, está sendo extremamente útil, porque dos 200 leitos que colocou, 100, 150 já estão utilizados.” E não. O que estamos vendo é uma restrição até para fiscalizar.

Estou procurando aqui na internet, Portal da Transparência, Diário Oficial, a prestação de contas desses contratos e não estou encontrando. Quanto foi gasto aí com o aluguel de lonas desses hospitais de campanha? Quanto? A gente não sabe. A gente não consegue ter acesso a isso.

Então, fico muito preocupado, presidente, com essa situação, porque nós queremos ajudar. Nós estamos, aqui, dispostos a ajudar. A Assembleia Legislativa de São Paulo está sendo pioneira, pelo menos do que eu vejo aqui nas notícias, nesse sentido.

Acho que nós podemos ir ainda mais adiante, acho que na questão do fundo aqui da Assembleia nós podemos até aumentar, maiorar esse valor, pode ser maior do que 70% para mandar. Concoro com os deputados aqui quando falam da redução, no caso, dos assessores.

A gente pode escalar, chegar ao mesmo valor de economia, mas de uma maneira escalonada, mas são só propostas. Então, vamos debater, vamos discutir, vamos chegar ao melhor termo e, claro, que essa economia seja realmente colocada no combate ao coronavírus.

Porque nós aprovamos aqui, novamente, nesta Assembleia Legislativa, o estado de calamidade e, dois dias depois, Alex de Madureira, eu vi ali no Diário Oficial do Estado de São Paulo a dispensa de licitação.

O governador dispensou a licitação para prorrogar o contrato de pedágio, de pedágio não, de radar, pior ainda. De radar. Três contratos ali, ele estendendo por um prazo de seis meses com dispensa de licitação.

Três contratos de 11 milhões de reais. Em dois contratos eu vi que ele já voltou atrás, sempre é isso. Sempre ele faz a ação, nós vamos a público, denunciamos e ele volta atrás.

Estou vendo aqui, acompanhando os sites, Transparência, Diário Oficial. A gente encontra o governador fazendo licitação para assessoria de imprensa, cinco milhões em assessoria de imprensa, como se já não tivesse assessores suficientes para fazer isso, 5 milhões e 700 mil em um contrato de 15 meses.

Contrato de 12 milhões e 400 mil reais para monitorar a rede social. Para monitorar quem fala bem, quem fala mal, o que estão falando, qual o sentimento do pessoal, para ele saber usar, no outro dia, o discurso.

Então, é complicado. A gente quer, sim, a gente vai cortar na carne, mas a gente precisa saber para onde esse recurso vai ser enviado. Eu vi aqui a indignação do deputado Cezar, respeito, mas não é dessa maneira. Não é com essa pressa toda, essa celeridade. A gente sabe que vai ser aprovado aqui. O governo tem maioria, como sempre, como sempre foi aprovado, mas não é com essa pressa toda.

A Assembleia faz esse gesto, um gesto que o Executivo não vem fazendo. Coloquei nas minhas redes sociais, cobro aqui publicamente, falo aqui para os deputados: é um absurdo o que aconteceu no Palácio dos Bandeirantes, aquele Celta vermelho.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Gil, preservado o tempo de V. Exa., três minutos e trinta e um segundos, estamos a um minuto de encerrar a sessão e eu preciso passar a Questão de Ordem ao deputado Wellington e gostaria de, antes de levantar a sessão, fazer um minuto de silêncio ao nosso ex-presidente e sempre deputado Vitor Sapienza, que faleceu recentemente, também em decorrência do coronavírus.

Então, peço desculpas a V. Exa. por interromper a sua linha de raciocínio. Amanhã, eu estou convocando duas novas sessões extraordinárias para continuar o nosso debate de hoje do requerimento de urgência, no mesmo horário, às 14 horas e 30 minutos.

Dou a Questão de Ordem ao deputado Wellington. Peço desculpas a Vossa Excelência. E, logo em seguida, vou fazer um minuto de silêncio ao sempre deputado Vitor Sapienza, ex-presidente desta Casa, que faleceu recentemente em decorrência do coronavírus.

Deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, eu, neste momento, retiro a Questão de Ordem. Faça a Questão de Ordem amanhã.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Agradeço a gentileza de V. Exa. e peço a todos os deputados para a gente fazer um minuto de silêncio em decorrência do falecimento do nosso deputado, presidente da Assembleia, deputado Vitor Sapienza, um colega por vários anos aqui com todos nós que estivemos nos mandatos passados.

Um grande deputado, um grande líder, um grande homem público, espírito público. Então peço um minuto de silêncio em sua homenagem.

- É feito um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.

24 DE ABRIL DE 2020 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Informa o falecimento de João Mellão Neto, pai do deputado estadual Ricardo Mellão. Lê histórico do mesmo. Propõe um minuto de silêncio em homenagem ao ex-deputado estadual.

2 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, presta condolências ao deputado Ricardo Mellão pelo falecimento de seu pai. Faz questionamentos sobre o salário líquido dos deputados após o desconto da pensão alimentícia e previdência. Pede esclarecimentos sobre o método de encaminhamento das emendas para este projeto de resolução.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que a emenda coletiva precisa de uma posição favorável dos líderes pelo e-mail institucional da Casa. Afirma que o projeto de resolução não engloba a questão do salário líquido com descontos, por tratar de uma questão particular de cada deputado.

4 - CORONEL TELHADA

Para questão de ordem, lembra tradição desta Casa de pedir o levantamento da sessão em razão do falecimento de algum deputado ou ex-deputado. Pede que a presente sessão seja levantada em razão do falecimento do ex-deputado João Mellão Neto.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Diz ter conversado anteriormente com o líder da bancada do Novo, à qual pertence o deputado Ricardo Mellão. Esclarece que a homenagem ao ex-deputado foi realizada por meio do minuto de silêncio no início desta sessão. Ressalta que a pauta desta atual sessão é de grande importância para o Legislativo. Coloca em discussão o requerimento de urgência ao PR 13/20.

6 - EMIDIO LULA DE SOUZA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

7 - DOUGLAS GARCIA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

8 - WELLINGTON MOURA

Para questão de ordem, questiona o valor do fundo especial de despesas apresentado no projeto. Solicita esclarecimentos sobre o valor estimado de arrecadação com as medidas apresentadas no PR 13/20.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Esclarece que este é um requerimento de informação, que deve ser solicitado por e-mail.

10 - MAJOR MECCA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

11 - ALTAIR MORAES

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

12 - CARLÃO PIGNATARI

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

13 - MARCIO NAKASHIMA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

14 - ISA PENNA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

15 - CAIO FRANÇA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

16 - DELEGADA GRACIELA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

17 - APRIGIO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

18 - VINÍCIUS CAMARINHA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

19 - DIRCEU DALBEN

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

20 - ALEX DE MADUREIRA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

21 - WELLINGTON MOURA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que todos possuem acesso a todas as informações. Lembra que, ontem, foi solicitada pelo deputado Wellington Moura uma informação ao presidente, que foi respondida na mesma hora. Diz estar aberto a todos os parlamentares. Cita quantia de dinheiro devolvida ao Governo do Estado. Destaca que, em sua gestão, sempre zelou pela transparência.

23 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

24 - TENENTE NASCIMENTO

Discute o requerimento de urgência ao PR 13/20.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão e coloca em votação o requerimento de urgência ao PR 13/20.

26 - BETH LULA SAHÃO

Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome da Minoria.

27 - PAULO LULA FIORILO

Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome da Minoria.

28 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PSOL.

29 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Encaminha a votação do requerimento de urgência ao PR 13/20, em nome do PSOL.

30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, a ter início às 17 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente, de maneira virtual, o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Eu gostaria, antes de iniciar a Ordem do Dia, de comunicar a todos os parlamentares e ao público que faleceu, nesta madrugada, aos 64 anos, o empresário, escritor e jornalista João Mellão Neto.

Paulistano, ingressou na política no PFL. Ministro do Trabalho em 1992, passou pelas pastas de Coordenação Governamental e Habitação da Prefeitura de São Paulo. Em 2004 assumiu a Secretaria de Comunicação do Estado de São Paulo. Se elegeu deputado federal em 1990 por dois mandatos consecutivos. E deputado estadual, aqui nesta Casa de Leis, em 2007.

Foi articulista do jornal “Estadão” e comentarista político na TV Record e da Rádio Jovem Pan. Autor de seis livros e também pai do nosso deputado estadual pelo Novo, do nosso estado de São Paulo, o Ricardo Mellão.

João Mellão teve complicações no seu estado de saúde e sofreu um infarto nesta última madrugada. As homenagens serão postadas posteriormente. João Mellão Neto deixa a mulher, Dora, e três filhos, entre eles o deputado Ricardo Mellão.

Em memória ao deputado falecido, nosso deputado desta Casa de Leis em 2007, eu gostaria de propor um minuto de silêncio. Que todos os parlamentares me acompanhem.

Fica aqui a homenagem do Poder Legislativo ao ex-deputado João Mellão Neto. Só lembrando aos deputados que estão solicitando: não cabe encaminhamento pelo Art. 82 em sessão extraordinária com objeto único. Só para deixar registrado. E sim, só na sessão ordinária.

Discussão e votação do requerimento de autoria da Mesa. Temos uma questão de ordem do deputado Teonílio Barba. Passo a palavra ao deputado Barba para abrir por essa questão de ordem. Deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Presidente, está me ouvindo, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estou te ouvindo perfeitamente, deputado Barba. Só fazer a sua questão de ordem.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Primeiro, saudar todos os deputados e deputadas. E, em nome da bancada do PT, quero deixar os nossos sentimentos e a nossa solidariedade para o nosso companheiro deputado, o Ricardo Mellão, e toda a sua família.

Presidente, a minha questão de ordem, na verdade, é sobre a questão de ordem que fiz ontem. Fiz uma questão de ordem perguntando sobre o salário líquido dos deputados, descontada pensão alimentícia e a questão da Previdência. Porque, na nossa avaliação, é inconstitucional, se for fazer a redução, fazer sem descontar essas duas coisas. Então eu gostaria, até o final, que o senhor pudesse nos responder.

A outra é como vai ser o método de encaminhamento das emendas. Se vai ser só pelo e-mail oficial da Casa, ou como que vai ser. Ok, presidente? Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito. Já está disciplinado, no ato que fizemos sobre as sessões virtuais, está disciplinado sobre a questão das emendas. Inclusive, para ter uma emenda coletiva, precisa do “ok” pelo e-mail institucional de todos os parlamentares.

Então o líder encaminha com cópia para todos os deputados de sua bancada. E, cada um da sua bancada dando o “ok”, será publicado em nome de todos da bancada.

Quanto à pensão alimentícia, infelizmente é uma questão individual de cada parlamentar. Não vai dar para a gente poder tratar e disciplinar isso nesse projeto de resolução. Acho que essa é uma questão individual de cada parlamentar.

Temos mais uma questão de ordem, do deputado Telhada. Vou passar para o deputado Telhada e depois já vou entrar na Ordem do Dia. Deputado Telhada, para a sua questão de ordem.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeitamente, deputado Telhada. Só a sua imagem, para que se liberasse o seu vídeo, Telhada. O teu vídeo não está liberado.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Um minutinho só. Vou iniciar o meu vídeo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agora sim. Pois não.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigado, Sr. Presidente. Desculpa o erro.

Sr. Presidente, tendo em vista que, desde que estamos nesta Casa, sempre que tem o falecimento de algum deputado, pedimos o levantamento da sessão...

Nesse caso, o João Mellão, que foi nosso amigo e nosso deputado por muitos anos, e por ter, também, o filho Ricardo Mellão como deputado conosco nesse mandato, eu queria verificar, com V. Exa., a gente pedir o levantamento dessa sessão em respeito ao falecimento do deputado João Mellão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Telhada, eu conversei com o líder do Novo, que é o partido do deputado Mellão. A solicitação que ele fez, neste momento, até em virtude de uma pauta importante da Casa, foi que se fizesse a homenagem do Poder Legislativo ao nosso ex-deputado.

Foi um pedido, inclusive, do próprio líder, em nome do filho do deputado. Então fica aqui a nossa homenagem através do um minuto de silêncio que fizemos, da leitura sobre as posições do parlamentar. Ressalto a V. Exa. que em outros momentos, devido a pautas importantes, não foram acolhidas, entre aspas, a “tradição” que a Casa tem.

Ordem do Dia. Discussão de votação de requerimento de autoria da Mesa, que propõe Regime de Urgência ao Projeto de resolução nº 13, de 2020. Está inscrito o deputado Gil Diniz.

Restam três minutos e trinta segundos. O deputado Gil Diniz está online? Não está online. Então passo para o próximo inscrito, o deputado Emidio de Souza. Tem a palavra V. Exa. para discutir o Regime de Urgência.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Está me ouvindo, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeitamente.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Quero me somar àqueles que prestam a sua homenagem ao ex-deputado João Mellão Neto. Ele não foi deputado junto comigo. Mas tenho referência das suas posições e as respeito.

Eu queria dizer, Sr. Presidente: acompanhei toda a discussão de ontem. A bancada do PT, pela voz do senhor líder, deputado Teonílio Barba, e também pelos deputados que a compõem, que falaram ontem, o deputado Paulo Fiorilo, a deputada Bebel, a deputada Beth Sahão, e outros deputados que puderam falar, não me lembro todos que falaram.

Deixamos expresso o que pensamos desse projeto. Tudo o que quero fazer agora é complementar. Eu me como às vezes dos deputados do PT e de outros desta Casa que pensam a mesma coisa com as observações sobre esse projeto.

Primeiro, presidente, que esse projeto, a parte que diz respeito ao desconto dos servidores, somos radicalmente contra. Até porque, não apoiamos, não só pela questão judicial, mas uma questão de princípio: não apoiar redução de salários de servidores públicos.

Daqui a pouco Doria vai mandar também a redução dos servidores do estado e vai cobrar de nós essa posição. Não estou a fim de fazer cortesia com o chapéu alheio. A cortesia, quando a gente faz, a gente faz com o nosso próprio chapéu.

No caso, apoiamos a medida de um parlamentar, de desconto. No nosso caso, sugerimos a partir de 30%, após a emenda formulada pelo Paulo Fiorilo, para garantir que as pessoas tenham o seu direito assegurado.

Então, quem pode mais, tem que pagar mais. Tem deputado que pode mais. Paga mais. Quem pode menos, paga menos. É assim que acho que tem que ser. Então, partindo de 30%, podendo chegar até 50 por cento.

Também quero dizer que esse esforço da Assembleia não pode incidir sobre salários e vantagens do servidor. Ontem se discutia, e V. Exa. mesmo colocou, que tiraria 80 milhões dessa economia de 320.

Portanto, cairia para 240 milhões essa oferta que a Assembleia fez. Mas, veja bem, Sr. Presidente, não temos que olhar isso do ponto de vista só dos números e da economia que a Assembleia vai ter.

Oitenta milhões é um número grande demais. Mas reduza ele para aquele que vai ter 2 mil reais a menos no salário, para aquele que vai ter mil reais a menos no salário, para aquele que vai ter 1.500 reais a menos no salário. Quer dizer, não se pode fazer cortesia com a dificuldade das pessoas.

As pessoas têm vida planejada. Acho que o esforço que tem que ser feito é o esforço dos deputados. E estamos fazendo. Servidor, não apoio desconto de servidor. Muito menos das vantagens.

A licença-prêmio, alguns servidores já cumpriram o período de licença-prêmio e estão em processo em andamento, burocraticamente, dentro da Assembleia. Então, como é que vamos penalizar essas pessoas? Se trata de direito adquirido. Realmente, não sou a favor dessa questão.

A outra coisa, já levantada aqui pela deputada Bebel e por outros deputados, diz respeito ao problema da destinação desse recurso. Os 320 milhões, ou os 240, para onde vão? Para que vai servir?

Tudo bem, genericamente ele vai servir ao combate ao coronavírus. Mas acho que devíamos aproveitar esse momento para carimbar esse recurso. Porque os próprios deputados têm levantado demandas do combate ao coronavírus e que poderiam ser atendidas nesse momento.

Acho, por exemplo, a minha opinião: não deveria, esse recurso, servir para indicação particular de um deputado. Falar: “eu quero tanto para Osasco”, outro quer tanto para Sorocaba. Não. Na minha opinião, isso deveria ser um acordo geral da Assembleia, para que serviria isso. Para ficar marcada, também, essa contribuição da Assembleia.

Acho que a coisa mais visível que vejo é trabalhar com os efeitos da pandemia na situação das pessoas e das famílias de São Paulo. As famílias pobres de São Paulo precisam de ajuda. É nesses momentos que a gente descobre que a locomotiva da nação, o estado mais rico da nação, também tem um contingente de pobres, de pessoas em dificuldade, imenso. E que precisam ser socorridas nesse momento.

Na questão da merenda escolar, o governador Doria encaminhou a questão dos 55 reais, restrito praticamente à metade dos alunos da rede estadual, porque só estão recebendo as famílias que ganham até três salários mínimos e meio.

Mas os outros também comiam merenda e os outros também têm dificuldade. Ganhar três salários mínimos e meio, hoje, de renda familiar, não tem nada de excepcional.

Então precisamos. Acho que seria uma boa contribuição da Assembleia que esse recurso fosse destinado a incorporar os três milhões e meio de alunos que ficaram fora desse benefício de 55 reais, a incorporá-los nesse benefício também.

O recurso seria suficiente para isso. É essa a posição que defendo e eu gostaria que a maior parte dos deputados considerassem isso na sua reflexão sobre esse projeto.

Eu também queria chamar a atenção a essa questão dos pobres do Brasil. É uma coisa que temos que aproveitar para ver. Outro dia vi uma entrevista do presidente da Caixa Econômica Federal, dizendo exatamente isso: que ele estava assustado do que 50 milhões de pessoas tinham se inscrito nos cadastros da Caixa Econômica Federal para a obtenção do auxílio emergencial.

Veja bem. E esses 50, fora 14 milhões que já recebem via Bolsa Família. E agora ele já está falando em 70 milhões. Um terço desse país são pessoas que vivem numa dificuldade tremenda. Todos e todas os deputados e deputadas conhecem famílias nessa situação, porque não temos voto apenas de classe média e daí para cima.

Temos votos de gente pobre, de gente que precisa de ajuda e que nem sempre está organizada para cobrar de nós. É um problema da consciência de cada deputado, que deve levar em consideração a situação dessas pessoas.

É evidente, presidente, que eu acho que é completamente insuficiente o que estamos fazendo. O gesto da Assembleia é importante, já começa a ser copiado por outras câmaras, por outros parlamentos, mas veja bem: da mesma forma que a gente vê que o presidente da Caixa ficou espantado com a quantidade de pobres no Brasil, seria bom a gente ver a quantidade de super-ricos, de bilionários que tem neste país.

E esses bilhões, muitas vezes, foram acumulados, ameaçados pela superexploração do trabalho, pelas vantagens que tiveram do estado brasileiro, com financiamento subsidiado que obtiveram do BNDES, que obtiveram na agricultura.

Quem não se lembra que o Banco do Brasil, quantas vezes perdeuo dívida dos grandes produtores agrícolas, do agronegócio do Brasil?

Então, penso que o Brasil não só passou a ver os pobres, mas tem que ver os super-ricos também. Como é que um banco, de repente, surge com um bilhão de reais para doar? Sabe por quê? Porque não deveria ser doado, isso deveria ser do estado. No Brasil, as grandes fortunas precisariam ser taxadas.

São Paulo, por exemplo, poderia seguir o exemplo dos outros estados e pular de quatro para oito por cento para os super-ricos. Não é para a classe média, é para quem é muito rico, para os bilionários deste estado que acumularam um patrimônio imenso durante os últimos anos.

Então, acho que a gente precisa... Não pode querer achar que o nosso problema, com a gente dando esse exemplo, está resolvido. Eu queria saber que contribuição os super-ricos de São Paulo vão dar!

Queria saber qual é a contribuição, e por que eles não topam que sejam taxadas as grandes fortunas, como é no mundo inteiro. E não é no mundo socialista, é no mundo capitalista, é nos Estados Unidos, é na Europa, a taxas muito maiores do que os oito por cento. São Paulo não quer chegar nem aos oito por cento.

É evidente que faltam recursos. É evidente que a pandemia, independente do tempo que ela demorar, vai precisar de um volume de recursos imenso e nós precisamos buscar esses recursos onde tem, em quem tem mais, em quem amealhou mais recursos por conta do favor do próprio estado e da exploração da força de trabalho. Então, é hora de dar sua contribuição.

Eu insisto também que não adianta... Hoje nós tivemos o episódio da saída do ministro Sergio Moro, com uma série de acusações ao Bolsonaro. Espero que a Câmara Federal investigue.

O Ministério Público precisa mostrar a que veio. Esse procurador-geral da República, o Aras, que foi indicado pelo Bolsonaro, precisa mostrar a que veio, precisa mostrar se vai investigar ou não vai investigar as denúncias do Moro.

Não são nossas, do PT, não são do PSOL, são do Moro. Não são do PCdoB, são do Moro, que ajudou na eleição do Bolsonaro ao conduzir de maneira politizada a Operação Lava Jato.

São do Moro, que depois ocupou o Ministério da Justiça durante o governo do Bolsonaro, abandonando a própria carreira no Judiciário. São do Moro, que tantas vezes se fez de paladino da Justiça, mas a Polícia Federal, agora, está sendo submetida a um violento processo de controle da máquina do estado.

E o Bolsonaro não quer controlar a máquina da Polícia Federal à toa. Ele quer controlar porque quer proteger os seus filhos, que são acusados da rachadinha, são acusados de ligação com o crime organizado e são acusados também dessa questão da organização das manifestações antidemocráticas do dia 15 de março. Então, ele quer evitar isso.

E se os democratas do Brasil têm uma razão, é a razão para não permitir um usurpação do estado brasileiro por uma família de milicianos. Vai ficando cada vez mais claro isso.

O Bolsonaro precisa ser parado. Ele precisa ter o seu mandato encurtado, porque já mostrou que não tem responsabilidade alguma. Ele não é um líder para conduzir o país, principalmente em um momento de dificuldade como esse. Acho que temos que ir fundo nas investigações.

Eu também queria dizer assim, presidente: a economia que a Assembleia está proporcionando - e não é pouca - mostra também que o nosso Orçamento, o Orçamento da Assembleia, tem que ganhar em transparência. Não custa nada, na elaboração do Orçamento e na execução orçamentária, ser mais enxuto, conseguir ter uma Assembleia mais enxuta. Eu acho que isso é necessário. Acho que isso é um primeiro caminho, acho que isso é importante.

Mas também precisamos influir mais no Orçamento do estado. As emendas impositivas que os deputados apresentam, nem todas têm sido pagas pelo Governo do Estado, causando prejuízo aos próprios deputados e à população que eles representam.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que, no combate ao coronavírus, ontem, o deputado Dr. Jorge, meu companheiro do PT, que é da zona leste de São Paulo, apresentou a ideia de por que os hospitais de campanha estão sendo construídos apenas na região central de São Paulo, aproveitando as estruturas do estádio do Morumbi e de outros.

A zona leste de São Paulo é uma região onde mora a maior parte dos paulistanos